

TRANSGÊNEROS NO MERCADO DE TRABALHO

Autoria

Cleidimar Cardoso dos Santos

Egresso Graduação Administração /Universidade Federal de Uberlândia

Noézia Maria Ramos

Doutorado em Administração (EAESP - CMCD)/Fundação Getúlio Vargas

Jussara Goulart da Silva

Graduação em Administração/Universidade Federal de Uberlândia

Vagner de Oliveira Magrini

Graduação/Faculdade Triângulo Mineiro - FTM

Resumo

A realidade brasileira acerca da inserção de transgêneros (travestis e transexuais) no mercado de trabalho apresenta disparidades no tratamento deste grupo social, tendo em vista que ele enfrenta diversas barreiras para ocupar espaços no mercado de trabalho formal, resultado de uma má formação acadêmica, preconceito institucionalizado, violência e falta de apoio da família e da sociedade como um todo. A presente temática é um campo de estudo que carece de mais pesquisas, principalmente a partir da visão da Administração. Neste sentido, visando contribuir e instigar novas pesquisas, foi realizada um estudo bibliométrico partir dos artigos publicados de 1996 a 2016, encontrados através de buscas nas plataformas Google Acadêmico, Scielo, RAE, O&S, RAP, RAM, RAUSP, RCA, RGO, RAEP e ANPAD. Foi possível verificar um baixo número de publicações, apenas 15 artigos. O baixo número de artigos pode ser explicado, dentre outros fatores, pelo preconceito existente dentro das próprias instituições acadêmicas, sendo as discussões de gênero, principalmente relativas à transexualidade e travestilidade, consideradas secundárias por professores, pesquisadores e alunos (MOURA; LOPES, 2014).

Nome da área temática:
Estudos Organizacionais

Identificação da área:
Tema 05

Título do artigo:
TRANSGÊNEROS NO MERCADO DE TRABALHO

Resumo

A realidade brasileira acerca da inserção de transgêneros (travestis e transexuais) no mercado de trabalho apresenta disparidades no tratamento deste grupo social, tendo em vista que ele enfrenta diversas barreiras para ocupar espaços no mercado de trabalho formal, resultado de uma má formação acadêmica, preconceito institucionalizado, violência e falta de apoio da família e da sociedade como um todo. A presente temática é um campo de estudo que carece de mais pesquisas, principalmente a partir da visão da Administração. Neste sentido, visando contribuir e instigar novas pesquisas, foi realizada um estudo bibliométrico partir dos artigos publicados de 1996 a 2016, encontrados através de buscas nas plataformas Google Acadêmico, Scielo, RAE, O&S, RAP, RAM, RAUSP, RCA, RGO, RAEP e ANPAD. Foi possível verificar um baixo número de publicações, apenas 15 artigos. O baixo número de artigos pode ser explicado, dentre outros fatores, pelo preconceito existente dentro das próprias instituições acadêmicas, sendo as discussões de gênero, principalmente relativas à transexualidade e travestilidade, consideradas secundárias por professores, pesquisadores e alunos (MOURA; LOPES, 2014)

Palavras-Chave: Transgêneros; Travestis; Transexuais; Mercado de Trabalho

Abstract

The Brazilian reality about the insertion of transgender (transvestites and transsexuals) in the labor market presents disparities in the treatment of this social group, considering that it faces several barriers to occupy spaces in the formal labor market, resulting from a bad academic formation, prejudice institutionalized violence, and lack of support from family and society as a whole. The present theme is a field of study that needs further research, mainly from the perspective of the Administration. In this sense, in order to contribute and instigate new researches, a bibliometric study was carried out from the articles published from 1996 to 2016, found through searches on the platforms Google Scholar, Scielo, RAE, O&S, RAP, RAM, RAUSP, RCA, RGO, RAEP and ANPAD. It was possible to verify a low number of publications, only 15 articles. The low number of articles can be explained, among other factors, by the bias existing within the academic institutions themselves, being the gender discussions, mainly related to transsexuality and transvestity, considered secondary by teachers, researchers and students (MOURA, LOPES, 2014).

Key words: Transgender; transvestites; Transsexuals; Labor market

1.Introdução

A busca de trabalho, frente à competitividade e pressão impostas pelo mercado, contribui para um cenário onde a maioria das pessoas encontra muitas barreiras, principalmente relacionadas à formação profissional e a disputa por cargos, posições e salários. Por mercado de trabalho, entende-se como o ambiente em que ocorre a relação entre as ofertas e demandas de postos de trabalho e o ajustamento dessa relação em função dos salários (OLIVEIRA; PICCININI, 2011). Em outras palavras, é o contexto onde se encontram as pessoas oferecendo sua força de trabalho em troca do salário oferecido pelas empresas, estado ou demais instituições, além dos diversos fatores que influenciam e estão envolvidos com o meio.

Apesar deste contexto de oferta de trabalho, destaca-se também a realidade de determinados grupos sociais, os quais enfrentam obstáculos, muitos advindos da discriminação em relação a determinados padrões sociais, dentre eles as pessoas consideradas transgênero.

Contrariando posicionamentos contemporâneos de diversos cientistas e estudiosos, tanto na medicina quanto nos estudos sociais, a transgeneridade, que de acordo com Carrieri, Souza e Aguiar (2014) é um termo geral que inclui transexuais e travestis, ainda é classificada como transtorno. Segundo registros da Organização Mundial da Saúde, na sua Classificação Internacional de Doenças (1990), classifica-se a transexualidade como um distúrbio mental e de comportamento, sendo definido como o desejo de determinado indivíduo em viver e ser aceito como do sexo oposto acompanhado, na maioria das vezes, por um sentimento de repulsa pelo seu órgão sexual. Essa classificação reforça ainda mais preconceitos arraigados na cultura em relação às pessoas transgênero.

De acordo com a Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em 2009, a estimativa era de que 90% das travestis e transexuais no Brasil tinham a prostituição como forma de trabalho, devido, justamente, às dificuldades que eles têm em conseguir ocupar espaço no mercado de trabalho formal e por serem historicamente marginalizados pela sociedade.

Levando em consideração este contexto da inserção de travestis e transexuais no mercado de trabalho, o presente artigo buscou realizar um estudo bibliométrico da produção científica brasileira em administração e demais áreas do conhecimento, com base nos artigos de congressos e periódicos listados em buscas realizadas nas plataformas Google Acadêmico e Scielo, excluindo-se os resultados congruentes. Para isso, foram considerados artigos pertinentes à temática compreendidos no período 1996 a 2016.

Discussões sobre a quebra de preconceitos e atitudes que buscam a integração de pessoas transgênero nos diversos meios sociais, em destaque no mercado de trabalho, são cada vez mais comuns no âmbito internacional, porém ainda emergentes no Brasil. Desta forma, apresentar uma análise sobre a produção acadêmica, somada à importância da exposição dessa questão para sua solução e a discussão sobre os problemas enfrentados por pessoas transgênero, dentro das perspectivas da administração e outras áreas, impulsiona a realização de novos estudos acerca do tema.

Este artigo está estruturado em seis seções, sendo esta primeira, contendo a introdução; seguida da fundamentação teórica, que traz as principais definições e discussões publicadas a respeito da temática; a terceira composta pelos procedimentos metodológicos que foram adotados para a execução da pesquisa; a quarta seção refere-se às análises feitas através da revisão sistemática da literatura e a última traz as considerações.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Orientação sexual, sexo, gênero e transgêneros

A sexualidade humana é uma temática que produz diversos conceitos em várias linhas de pesquisa. Porém, na maioria das vezes, estes conceitos não concordam entre si. Entre as discussões mais presentes e fundamentais para estudos contemporâneos destaca-se a diferenciação entre orientação sexual, sexo e gênero.

A sociedade estabeleceu as definições de gênero utilizando como fator de definição as diferenças anatômicas, por isso, é costumeiro colocar orientação sexual, sexo e gênero como se partilhassem do mesmo conceito. Assim, com o nascimento de uma criança, por exemplo, biologicamente pertencente ao sexo feminino, logo são relacionados a ela o gênero feminino e a heterossexualidade como orientação sexual, partindo do pressuposto de normalidade estabelecido pela sociedade (BUTLER, 2003).

John Money (1998), importante psicólogo e sexólogo americano, que, em seu livro intitulado *“Sin, science, and the sex police: Essays on sexology & sexosophy”*, separou de forma sistemática, pela primeira vez, as definições de orientação sexual, sexo e gênero. A orientação sexual, segundo Money (1998), diz respeito ao sexo pelo qual o indivíduo sente atração sexual, classificando-se em monossexuais e bissexuais. Os monossexuais se subclassificam em heterossexuais (atração pelo sexo oposto) e homossexuais (atração pelo mesmo sexo), enquanto os bissexuais sentem atração por ambos os sexos.

Para Money (1998), sexo (macho, fêmea ou intersexual) é definido de acordo com o órgão sexual pertencente ao indivíduo. Já o gênero é a exteriorização de uma representação social que varia entre o feminino, masculino e andrógino. “O fato de um indivíduo se sentir homem ou mulher (sua identidade de gênero) não tem, necessariamente, relação com seu sexo biológico (identidade sexual); nem tampouco com sua orientação sexual (que pode ser heterossexual, homossexual, bissexual).” (LIMA, 2010, p. 169).

De acordo com a ISNA-Intersex Society America, “intersexual é uma definição geral usada para explicar a variedade de condições nas quais as pessoas nascem com órgãos reprodutivos e anatomias sexuais que não se encaixam na típica definição de masculino ou feminino”. (PINO, 2007, p. 153). Portanto, vale ressaltar que, segundo a teoria de Money (1998), sexo e gênero não estão, necessariamente, relacionados, como o que ocorre com os transgêneros, grupo ao qual esta pesquisa está direcionada. Em concordância, Bento (2016), expõe que o gênero não está necessariamente ligado à genitália de nascença, e sim, às práticas sociais e as formas com que o indivíduo se apresenta na sociedade, performando-se nas mais diversas manifestações de gênero.

Carrieri, Souza e Aguiar (2014), mencionam que o termo transgênero é geral e abrange todas as pessoas que de alguma forma não estão ajustadas na relação entre sexo e gênero pré-estabelecida socialmente, como é o caso dos transexuais e travestis. Ainda, segundo os autores, transexuais são pessoas que nascem com determinado sexo, porém se identificam como participantes do grupo do sexo oposto e fazem o uso de hormônios e/ou passam por um processo de modificação cirúrgica do genital (redesignação sexual), o que nem sempre acontece com as travestis. Porém, esta classificação é um campo de intensas discussões e discordâncias pois, as mais recentes linhas de pesquisas buscam a descrição do gênero dentro da autodeterminação, onde o próprio indivíduo é quem se auto define (Bento, 2016).

O uso dos hormônios, ou tratamento endocrinológico “[...] tem como objetivo

induzir o aparecimento de caracteres sexuais secundários compatíveis com a identificação de gênero através de terapia hormonal, assim como possibilitar o acompanhamento clínico” (ARÁN; MURTA, 2009, p.19).

No Brasil, o procedimento cirúrgico de redesignação sexual foi regulamentado somente em 1997 com a publicação da resolução nº 1.482/97 do Conselho Federal de Medicina (CFM) e, desde 18 de agosto de 2008, começou a ser oferecido gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) a partir da portaria nº 1.707, ampliada e redefinida em 19 de novembro de 2013 com a publicação da portaria nº 2.803. Este processo cirúrgico de modificação do genital, para Arán e Murta (2009), é a única forma de inclusão social desta parcela da população, devido aos padrões estabelecidos socialmente em que o homem possui pênis e a mulher possui vagina, ou seja, como existe a possibilidade de se “readequar”, este procedimento acaba sendo a única opção para obterem o sentimento de pertença.

O CFM (2010) define que os parâmetros para a definição de transexualidade, visando a autorização da realização da cirurgia de redesignação sexual, são atendidos quando existe: desconforto por parte do indivíduo em relação ao seu sexo anatômico natural; o desejo de eliminação dos genitais, bem como eliminar demais características do próprio sexo e adquirir as do sexo oposto; permanência deste desejo por, no mínimo, dois anos e a ausência de outros transtornos mentais. Porém, para que seja autorizada a cirurgia de redesignação sexual, é necessário, ainda, o cumprimento de alguns pré-requisitos, segundo o CFM, resolução nº 1.955/2010 em seu artigo 4º:

Que a seleção dos pacientes para cirurgia de transgenitalismo obedecerá a avaliação de equipe multidisciplinar constituída por médico psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social, obedecendo os critérios a seguir definidos, após, no mínimo, dois anos de acompanhamento conjunto:

- 1) Diagnóstico médico de transgenitalismo;
- 2) Maior de 21 (vinte e um) anos;
- 3) Ausência de características físicas inapropriadas para a cirurgia. (CFM, 2010, p. 109-110)

As travestis, por sua vez, também realizam contínuas transformações, buscando maior semelhança com o gênero ao qual se identificam. “A incorporação [destas características de gênero] está vinculada à linguagem, à vivência, à experiência, entre outros aspectos” (SOUSA, 2008, p. 33). A diferença está no fato de que as travestis não têm, necessariamente, a necessidade de realizar a cirurgia de redesignação sexual, pois, na verdade, eles não se sentem pertencentes ao gênero oposto, adquirindo apenas características secundárias e comportamentais do gênero ao qual se identificam, como vestimentas, trejeitos e voz.

Assim como os transexuais, os travestis também demonstraram uma forte relação com o corpo. Contudo, esta relação se estabelece de uma forma bem específica e diferente. Ao invés de procurarem normalizar e ajustar seus corpos de acordo com o modelo binário de gênero, os travestis querem fugir desse modelo. (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014, p. 10).

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens Mentais (DSM), instrumento utilizado por profissionais de saúde para identificar transtornos mentais, editado em 2013, classifica como patologia as manifestações de gênero que não seguem ao padrão homem/mulher, como a travestilidade e a transexualidade, conforme acrescenta Vasconcellos (2014). Travestilidade é definida como a situação

onde os indivíduos que se vestem de forma contrária ao gênero definido ao nascer e a transexualidade é tida como um transtorno de identidade de gênero, homens transexuais e mulheres transexuais (VASCONCELLOS, 2014).

De fato, ele [o DSM] pode ser considerado um dos instrumentos fundamentais, enfim, necessários para fazer a transição e tornar a vida vivível, proporcionando a base para que uma pessoa se desenvolva como um sujeito corporal. Por outro lado, o instrumento assume vida própria e pode tornar a vida mais difícil para aquelas pessoas que sofrem por serem patologizadas e que perdem certos direitos e liberdades, incluindo a custódia das crianças, o emprego e a moradia, devido ao estigma inerente ao diagnóstico ou, mais precisamente, devido ao estigma que o diagnóstico reforça e promove. Embora fosse, sem dúvida, melhor que vivêssemos num mundo no qual não houvesse tal estigma – nem tal diagnóstico –, ainda não vivemos num mundo assim. Além disso, a profunda suspeita a respeito da saúde mental daquelas pessoas que transgridem as normas de gênero estrutura a maioria dos discursos e instituições que regulam questões acerca do direito e da possibilidade de ajuda financeira e assistência médica. (BUTLER, 2009, p.109).

Como ressaltou Butler (2009), esta classificação da travestilidade e da transexualidade como transtornos mentais, reforça ainda mais os parâmetros de preconceito na sociedade, responsável pelas diversas barreiras que estes indivíduos enfrentam nas inúmeras esferas da vida em sociedade, como, por exemplo, no acesso à educação.

Peres (2004) revela esta problemática relatando que transexuais e travestis, além de na maioria das vezes já viverem em um ambiente familiar abalado, enfrentam diversas formas de abuso, violência e desprezo quando são inseridas no ambiente escolar. O autor ainda diz que a discriminação e o preconceito sistemáticos, a que as travestis são submetidas, dificulta sua permanência na escola e constitui uma parcela de indivíduos com problemas para se inserir no mercado de trabalho.

Todo este contexto, sob o qual são submetidos os indivíduos transgêneros, configuram fatores que contribuem para a marginalização e uma “vivência repleta de exclusão das mais diversas espacialidades”, sendo o espaço da prostituição um dos poucos ambientes que permite sua participação e que possibilita a noção de identidade de gênero “além da noção bipolarizada, estruturada e neutralizada” (CABRAL; ORNAT; SILVA, 2013, p. 13), presente, inclusive, no mercado de trabalho.

2.2 Transgêneros no Mercado de Trabalho

De acordo com Carvalho (2006), os transgêneros enfrentam diversas problemáticas dentro das esferas sociais, como na família, escola, em relacionamentos, e, inclusive, no mercado de trabalho.

Segundo Oliveira e Piccinini (2011), mercado de trabalho é o ambiente onde ocorre a relação entre as ofertas e as demandas de postos de trabalho e o ajustamento dessa relação em função dos salários. Vasconcellos (2014, p.7) explora a importância que o trabalho tem na sociedade contemporânea, sendo “[...] central na satisfação das necessidades humanas e na produção da relação entre os indivíduos.”.

Desta forma, observa-se a importância do trabalho para todas as pessoas, que vai além do econômico, partindo para aspectos psicológicos:

Se, para a sobrevivência, o trabalho deveria satisfazer pelo menos as necessidades básicas diárias, na perspectiva psicológica é uma categoria central no desenvolvimento do autoconceito e uma fonte de autoestima. É a

atividade fundamental para o desenvolvimento do ser humano. Em suma, é um forte componente na construção da pessoa que convive bem consigo mesma, acredita e orgulha-se de si. (ZANELLI; SILVA, 1996, p. 21 *apud* VASCONCELLOS, 2014, p. 7).

O trabalho, portanto, é vital para a construção do indivíduo independente. Porém, o que se observa na realidade dos transgêneros é que, travestis e transexuais não conseguem alcançar de forma plena e satisfatória postos no mercado de trabalho. Isso pode ocorrer por diversos motivos, como a má formação acadêmica da maioria desta população e do preconceito arraigado na sociedade.

Lobo (1991), diz que as relações no mercado de trabalho são pautadas pelo o que é definido como papéis masculinos e papéis femininos, ou seja, a divisão sexual do trabalho se estabelece como fator chave para entendermos a inserção de pessoas transgêneras. Adelman (2003), complementa expondo que o mercado de trabalho está estruturado dentro da dicotomia de gênero convencional homem/mulher.

Sendo assim, à medida que um indivíduo transgênero expõe a subjetividade e a diversidade dos gêneros, isso se torna um problema para a organização que, logo, não o enxerga como opção para contratação. Na grande maioria das vezes, de acordo com Prochno e Rocha (2011), o transgênero chega à entrevista de emprego com documentos que não possuem sequer o nome adequado a sua expressão de gênero, devido aos entraves burocráticos que rondam esta questão. Uma possível ambiguidade de gênero, causa nas empresas um insegurança relacionada a possíveis perturbações ou confusões no encaixe de um transgênero nas funções da empresa. (LOBO, 1991; ADELMAN, 2003)

Além disso, a questão da má formação acadêmica é determinante nesta problemática. O índice de evasão escolar da população transgênero é alta, ainda na educação escolar, que, como consequência, diminui oportunidades empregatícias. Lima (2012) explica que essa população tem seu direito de frequentar a escola dificultado, pois, mesmo que eles não sejam impedidos de frequentá-las, eles não resistem a toda a violência sofrida, o que, na maioria das vezes, ocasiona no abandono das atividades escolares. Lima (2012, p. 30) diz ainda que a maior pressão é a “[...] de fazê-los ser o que eles não são, o que não querem ser”.

De acordo com estimativas apresentadas por Keila Simpson, presidente da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), durante a Conferência Nacional LGBT em 2009, apenas 3% a 5% das travestis e transexuais no Brasil estuda (PARO, 2009). Sem instrução acadêmica, a busca por qualquer colocação no mercado de trabalho se torna mais difícil. Para as travestis as barreiras são ainda maiores, pois, como eles não se encaixam no padrão que a sociedade considera normal a partir da matriz heterossexual binária de gênero, eles são mais sujeitos a sofrerem violências interpessoais (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014).

Butler (2003) descreve que a matriz heterossexual binária de gênero é composta por modelos discursivos e epistemológicos hegemônicos de inteligibilidade de gênero que definem que para que exista coerência, é necessária a existência de um sexo estável que existe e é baseado em expressões estáveis, entre masculino e feminino.

Lima (2012) apresentou, através de relatos de transexuais, as dificuldades encontradas para a inserção no mercado de trabalho e nos meios sociais, muitas delas, segundo o autor, resultantes da falta de informação a respeito destas pessoas por parte da população em geral. Assim, segundo o autor, é necessário o fortalecimento de políticas públicas, principalmente educativas, que desconstrua o pensamento preconceituoso e facilite o acesso destes indivíduos no mercado de

trabalho.

A violência contra transgêneros também pode ser observada, por exemplo, através de preconceito em processos de seleção. Para Lima (2012, p. 20), com a acirrada disputa por emprego e a crescente exigência de profissionais bem preparados, “[...] qualquer fator que coloque o indivíduo à margem da sociedade de alguma forma é fator excludente na hora de uma entrevista”.

Moura e Lopes (2014) ressaltam que os processos de seleção estão cada vez mais criteriosos, porém, quando se refere à transgêneros, o que se observa é a manifestação de preconceito, disfarçado de critérios de seleção.

Sobre as violências simbólicas vividas por travestis e transexuais no ambiente de trabalho, Carrieri et. al. (2014) comenta, através de entrevistas com sessenta e cinco indivíduos e de diário de campo, que os transgêneros sofrem mais discriminação “por serem vistos como objetos não conseguem trabalhos formais, tendo que se prostituir para seu próprio sustento ou abrir pequenos negócios relacionados a costura e salão de beleza.” Sendo assim, ainda é pequena a parcela de travestis e transexuais que conseguem uma boa colocação no mercado de trabalho formal, sendo que a maioria empregada se encontra no mercado informal.

Dessa forma, a prostituição muitas vezes é vista como uma alternativa de sobrevivência (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014). Ainda segundo as estimativas da ANTRA, 90% das travestis e transexuais no Brasil estão atuando na prostituição. Estes dados revelam o quanto o acesso ao mercado de trabalho por essa parcela da população é dificultoso.

Garcia e Romero (2016), no estudo intitulado “*Impact of Social Exclusion in Transsexual People in Spain From an Intersectional and Gender Perspective*”, definem que a exclusão social de forma geral, é um processo onde estruturas e mecanismos sociais atuam de forma a impedir que grupos sociais acessem as esferas econômicas, sociais, políticas e culturais de uma sociedade. Segundo os autores, é possível verificar esta exclusão a partir de três aspectos fundamentais: (1) origem estrutural, onde as estruturas, sejam governamentais ou privadas, se organizam e se consolidam de forma de privilegiar a heteronormatividade, e excluir os grupos diferentes; (2) caráter multidimensional, revelando que são inúmeras as fontes criadoras de barreiras para a vida em sociedade desta população, sendo de fontes políticas, sociais, econômicas, culturais e de saúde; (3) natureza do processo, indicando que a exclusão de pessoas transexuais quase sempre têm origem antes mesmo do processo do desenvolvimento de uma nova identidade, acumulando-se e agravando-se ainda mais após esse processo.

Desse modo, por todas as formas de exclusão, preconceito e violência vivenciadas, verifica-se que o trabalho para travestis e transexuais é instável e limitado. A grande maioria está inserida no trabalho sexual ou trabalhos domésticos e relacionados ao setor de beleza. A remuneração é reduzida, se comparada ao resto da população e existe uma completa inexistência de garantias e direitos trabalhistas.

3. Metodologia

O presente estudo é de caráter bibliográfico (GIL, 2008). O método adotado foi bibliometria (OLIVEIRA, 2009). Este tipo de estudo é importante pois integra informações de determinado conjunto de pesquisas, além de demonstrar assuntos que mereçam maior atenção para futuras investigações (SAMPAIO; MANCINI, 2007).

Como plataformas para o levantamento dos artigos, foram utilizados os sites “Google Acadêmico” e “SciELO”. A escolha destas plataformas se deu por conveniência, a partir de sua notória abrangência (buscam periódicos, anais de

eventos e repositórios de produções acadêmicas) e frequente utilização em levantamentos bibliográficos, principalmente em pesquisas à nível de graduação.

A pesquisa foi realizada a partir dos seguintes critérios: Possuir em seu título a palavra “trabalho” e, ainda, as palavras “travesti(is)” e/ou “transexual(ais)” e/ou “Transgênero(os)”; Serem publicações nacionais; Corresponderem ao período de 1 de janeiro de 1996 a 31 de dezembro de 2016.

Os bancos de dados dos principais periódicos de Administração do Brasil, com maiores Qualis (compreendidas entre A2 e B3), das seguintes revistas também foram pesquisadas, porém, com exceção da Revista de Administração Contemporânea (1 publicação em 2013), não publicaram artigos envolvendo a temática acerca da inserção de transgêneros no mercado de trabalho no período pesquisado: Revista de Administração de Empresas (RAE), Organizações e Sociedade (O&S), Revista de Administração pública (RAP), Revista de Administração Mackenzie (RAM), Revista de Administração (RAUSP), Revista de Ciências da Administração (RCA), Revista Gestão Organizacional (RGO) e Administração: Ensino e Pesquisa (RAEP).

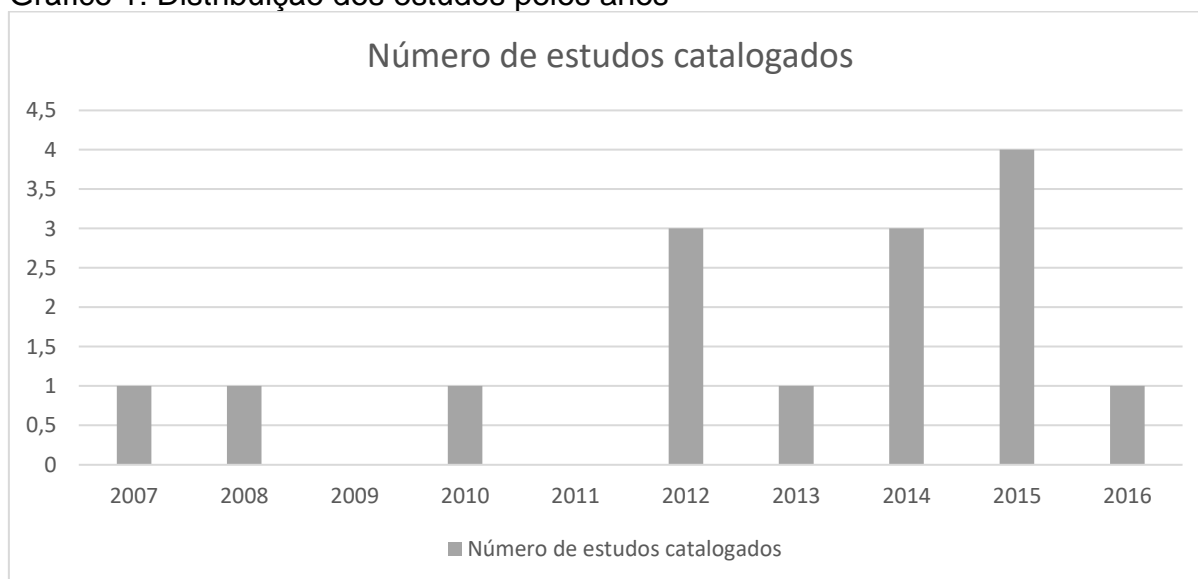
Além desses periódicos, foi realizada uma busca na plataforma da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) que compreende 10 periódicos da associação, que resultou em uma publicação abrangendo a temática.

A partir dos estudos coletados, buscou-se analisá-los e expor sistematicamente os dados referentes à distribuição dos estudos ao decorrer dos últimos 20 anos, as áreas de pesquisas as quais são oriundos, o formato dos trabalhos, os tipos de pesquisa adotados, os métodos de coleta e análise de dados e, por fim, a apresentação de um quadro sintetizando os objetivos e principais resultados obtidos nos estudos em questão.

4. Análise dos resultados

Após a finalização das buscas, foram catalogados apenas 15 artigos dos últimos 20 anos que tratam especificamente da temática, sendo somente 4 oriundos da área de administração. Porém, apesar do recorte temporal, somente a partir de 2007 é que se tem o primeiro estudo. Isso explicita desde já a escassez em estudos deste tema, inclusive na área da administração. O gráfico 1 demonstra os artigos distribuídos ao longo dos anos:

Gráfico 1: Distribuição dos estudos pelos anos



Fonte: elaboração do autor

Os artigos encontrados são oriundos de 5 áreas de pesquisas diferentes, sendo as áreas de psicologia (4), serviço social (4) e administração (4) as que mais produziram estudos sobre a inserção de travestis e transexuais no mercado de trabalho, seguidas pela geografia e história (2) e antropologia (1). Como foi dito no tópico sobre os procedimentos metodológicos, a busca através do Google Acadêmico engloba, além dos arquivos de periódicos, os repositórios online de produção científica de instituições de ensino.

De acordo com a forma dos estudos, percebeu-se que a maioria dos 15 (quinze) estudos levantados eram artigos publicados em periódicos (5), apresentados em congressos (4). Dentre os artigos publicados em periódicos, somente um está publicado em uma revista da área da administração (Revista de Administração Contemporânea - RAC). Já dentre os quatro artigos presentes em anais de congressos, dois estão presentes em congressos da área, sendo um no Encontro de Estudos Organizacionais do ANPAD (EnEO) e o outro, no Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Os outros seis estudos foram teses (2), dissertações (2) e monografias (2).

Quanto à abordagem dos estudos, 13 deles foram qualitativos e 2 adotaram uma abordagem mista, quantitativo e qualitativo. A preferência por estudo qualitativo se deve à subjetividade presente na temática, difícil de ser explorada e demonstrada pela atribuição numérica.

Em relação ao tipo de pesquisa, pudemos observar uma predominância do modelo explicativo com oito (8) estudos, cinco (5) foram descritivos e dois (2) foram exploratórios. Ademais, a maior parte dos estudos adotaram o método de entrevistas para colher os dados. Ou seja, nove (9) dos quinze (15). Contudo, outros foram utilizados em menor parte, sendo: observação participante (2), trabalho de campo (2), questionário (1) e revisão bibliográfica e documental (1).

Sobre o método de análise de dados adotados, observou-se que os estudos utilizaram para analisar os dados o método de análise de discurso (2), análise crítica de discurso (1), análise de conteúdo (3), análise sistemática (2), etnografia (2), materialismo histórico-dialético (2) e três (3) não explicitaram o método de análise utilizado.

Sobre os autores, foi possível identificar que todos eles apresentaram estudos iniciais dentro desta temática, ou seja, possuem somente uma publicação catalogada dentro do período estudado. Sobre estas publicações, apresenta-se, no quadro 1, uma síntese contendo o objetivo e os principais resultados obtidos em cada uma:

Quadro 1: Objetivos e resultados

Autor	Objetivo	Resultados
Garcia (2007)	Investigar a constituição da identidade social de travestis a partir das perspectivas de gênero, corpo, trabalho e violência.	Em relação ao trabalho, constatou-se que a prostituição é algo inseparável na constituição da identidade travesti; A falta de trabalho formal aumenta o custo de vida destes indivíduos; Poucas perspectivas de trabalho para travestis com mais idade.
Sousa (2008)	Realizar uma reflexão acerca das travestis que trabalham como prostitutas no Setor Comercial Sul de Brasília.	A maior parte das travestis que trabalham na prostituição se consideram trabalhadoras; Estão muito expostas a situações de violência; São marginalizadas nos espaços públicos e privados.

Irigaray (2010)	Estudar como os indivíduos cuja identidade sexual não é hegemônica, notadamente as travestis e transexuais, se inserem no mundo do trabalho.	Devido ao fato de terem pouca educação formal, a maioria das travestis e transexuais não tem acesso ao mercado de trabalho formal, exceto em posições operacionais, notadamente nas indústrias de beleza, moda e entretenimento. Aquelas que conseguem acesso ao mainstream, mesmo em empresas que possuem políticas de diversidade, são alvo de agressão, intolerância e forçadas a utilizar a identidade social masculina.
Braz (2012)	Identificar a visão das travestis sobre o mercado de trabalho e os espaços que elas ocupam ou deixam de ocupar no referido mercado.	Foi possível constatar que o mercado de trabalho ainda está baseado na imagem do homem provedor que ocupa o espaço público e a mulher restrita ao espaço do lar, sendo as travestis vistas como infratoras da “norma” imposta para homens e mulheres; São percebidas e se percebem como sujeitos de identidade rejeitada socialmente; Vêm a falta de acesso ao mercado formal como uma punição à sua transgressão.
Rodrigues (2012)	Analisar a situação das travestis negras na sociedade, com foco no mercado de trabalho.	Sofrem preconceitos de bases racistas, machistas e sexistas; Possuem o mais baixo nível de escolaridade e, conseqüentemente, oportunidades de acesso ao mercado formal; Não possuem representatividade nos espaços sociais.
Souza (2012)	Compreender como se dá a inserção de mulheres transexuais no mercado de trabalho formal e informal, destacando os principais desafios e impactos da vida laboral dessas pessoas.	Verificou-se que elas não são vítimas passivas de preconceito; Valorizam muito o vínculo empregatício formal; Maior facilidade para trabalhar na área da beleza; Grande parte trabalha na prostituição e enxerga a situação como transitória e necessária para a sobrevivência.
Anzolin et. al. (2013)	Conhecer e reconhecer as características, a realidade, sentimentos, necessidades, dificuldades, preconceitos, desafios e significações de pessoas com identidade de gênero diferentes da heteronormativa, com relação à sociedade e ao mercado de trabalho na cidade de Cascavel-PR	As pesquisas acessadas, em sua maioria, trouxeram vivências de privação de direitos, discriminação e exclusão de forma mais marcante, poucas ou nenhuma experiência de sucesso no mercado de trabalho e respeito na sociedade. Verificou-se dentre as entrevistadas, casos de sucesso no mercado de trabalho, provavelmente por terem passado pelo processo de transexualização muito cedo, obtendo-se maior aceitação da família e comunidade.
Carrieri et. al. (2014)	Estudar as violências simbólicas e interpessoais, vivenciadas na sociedade e no trabalho, dirigidas a lésbicas, travestis e transexuais.	Conclui-se que os entrevistados sofrem diversas formas de violência simbólica, fruto das dominações simbólicas que se instauram de forma particular em cada um dos grupos estudados. As violências interpessoais vivenciadas no trabalho têm relações estreitas com as formas de violências simbólicas relacionadas a cada grupo, e ocorrem com maior intensidade contra os travestis, pois estão mais propensos e sujeitos a sofrerem violência interpessoal por meio de agressões físicas, fato que coloca em risco a integridade física e a vida dos travestis.
Moura; Lopes	Realizar um estudo bibliográfico acerca dos	O mercado de trabalho ainda é carregado de preconceito contra a população trans; Constatou-se

(2014)	entraves e desigualdades enfrentados pelo transgênero quando de sua inserção no mercado de trabalho.	baixo número de publicações acerca da inserção de transgêneros no mercado de trabalho, e alto número de pesquisas na área da saúde; Presença forte da heteronormatividade no mercado de trabalho.
Rodrigues et. al. (2014)	Busca-se um diálogo sobre a inserção de travestis no mercado de trabalho.	Constata-se grande marginalização; As travestis buscam cada vez mais seu espaço na sociedade; A educação tem um papel importante para a reversão deste quadro de marginalização.
Ferrareze (2015)	Entender, através de entrevistas, como se dão seus cotidianos de trabalho na prostituição em meio à noite e como elas mesmas se vêem em meio à sociedade em que se encontram inseridas.	As travestis e transexuais se inserem no ambiente de prostituição após não encontrarem espaço no mercado formal; Carecem de políticas públicas e de saúde; Relataram falta de apoio familiar; Dificuldades em terminar os estudos.
Licciardi et. al. (2015)	Expor a empregabilidade atual das travestis e transexuais no Brasil e propor uma nova perspectiva para que as organizações se tornem ambientes inclusivos.	Os resultados mostram a falta de políticas e práticas de recursos humanos para que o ambiente de trabalho torne-se mais aberto e inclusivo para essas profissionais.
Meira (2015)	Analisar as redes do trabalho sexual entre travestis em Belo Horizonte.	As travestis fazem usos inesperados das tecnologias protéticas e químicas disponíveis, de forma a reificar binarismos, conformando corpos idealmente generificados; A vivência das travestis nestas redes de trabalho ocasionam uma constante vulnerabilidade.
Rondas; Machado (2015)	Analisar resultados de uma pesquisa sobre a inserção de travestis no mundo do trabalho acerca das condições sociais envolvidas nesse processo.	Em sua maioria, travestis e transexuais buscam qualificar-se nas áreas de estética e beleza por serem mais aceitas; A maioria das travestis quando empregadas exercem ocupações consideradas "femininas"; A discriminação no mercado de trabalho formal em relação a elas apareceu, de forma contundente, nas entrevistas; As travestis afirmaram que ainda vêm enfrentando muitos preconceitos manifestados por intolerância e pela resistência por parte dos empregadores em aceitá-las nos seus quadros de funcionários.
Oliveira (2016)	Analisar o cotidiano de trabalho das travestis e a sua inserção no mercado de trabalho em Natal, Rio Grande do Norte.	As travestis vivenciam cotidianamente diversas precarizações para se inserirem no mercado de trabalho, sofrem violações de direitos, assédios moral e sexual, além de transfobia institucionalizada.

Fonte: elaboração do autor

Sobre estes dados, é possível verificar que, em relação aos objetivos, a maioria dos estudo buscou fazer uma análise dos fatores envolvidos na relação de travestis e transexuais com o mercado de trabalho e resultaram em conclusões negativas, como a constatação de violências, restrição de direitos, dificuldades no acesso aos trabalhos formais, restrição de sua atuação no mercado sexual e em áreas de beleza e estética e uma expressiva vulnerabilidade social, oriundo principalmente do preconceito institucionalizado.

Dois estudos apresentaram sugestões como pesquisas futuras dar voz a estas

peças, aos seus conhecimentos vivenciais, e ao exercício de suas potencialidades, para que a sociedade tome conhecimento sobre a realidade trans e não somente aos rótulos a ela atribuídos (ANZOLIN *et al.*, 2013) e contemplar esses sujeitos nas pesquisas da área de estudos organizacionais (CARRIERI, 2014). Ademais, seria pertinente a replicação deste estudo em outras cidades e regiões brasileiras, para que se pudesse compreender a realidade de trabalho desse grupo social tão discriminado e marginalizado (CARRIERI *et al.*, 2014)

Apesar de apenas dois estudos indicarem, de maneira clara, sugestões para pesquisas futuras, é necessário ressaltar que como foi possível observar através do levantamento feito, ainda é escassa a produção científica deste tema no Brasil.

5. Considerações Finais

O trabalho possui grande importância na composição da identidade do indivíduo, sendo ele o centro da satisfação das necessidades humanas bem como da construção das relações entre os indivíduos (VASCONCELLOS, 2014). Porém, o mercado de trabalho, que é fortemente estruturado a partir de uma cultura heteronormativa e sexista, torna-se muitas vezes inacessível para travestis e transexuais.

Esta impossibilidade se agrava frente a má formação acadêmica desse grupo social, devido à grande evasão escolar decorrente dos casos de violência e falta de respaldo familiar e do poder público (LIMA, 2012). Este quadro, somado ao preconceito institucionalizado, alimenta números como os divulgados pela Articulação Nacional de Travestis e Transexuais, onde estima-se de 95% da população trans trabalha na prostituição. As demais, são restritas ao mercado da beleza e estética (RONDAS; MACHADO, 2015; SOUZA, 2012).

A partir desta problemática, buscou-se analisar bibliometricamente os estudos nacionais sobre a inserção de travestis e transexuais no mercado de trabalho, a partir das plataformas Google Acadêmico e Scielo. Constou-se durante as buscas a existência de um número muito reduzido de produção científica abordando esta questão. Há um grande número de estudos relativos à saúde de transgêneros, porém, apenas 15 foram catalogados por tratarem da relação com o mercado de trabalho, de autores variados sem a existência de autores mais prolíficos.

O baixo número de artigos pode ser explicado, dentre outros fatores, pelo preconceito existente dentro das próprias instituições acadêmicas, sendo as discussões de gênero, principalmente relativas à transexualidade e travestilidade, consideradas secundárias por professores, pesquisadores e alunos (MOURA; LOPES, 2014).

A partir da análise dos estudos selecionados, nos últimos 20 anos, verificou-se que o primeiro estudo é datado de 2007, demonstrando o recente interesse por esta questão nas produções científicas. Os anos identificados com maior produção acadêmica foram 2014 e 2015, com 4 estudos cada.

A maioria dos estudos são artigos publicados em periódicos ou apresentados em congressos. Vale destacar que dentre os 15, apenas 4 foram pesquisas realizadas a partir de autores da área de administração, o que evidencia pouca adesão dos pesquisadores da administração no estudo desta temática. Ainda sobre os dados apresentados na revisão sistemática, a maioria dos estudos utilizou-se de entrevistas para a coleta de dados, e as análises de discurso e de conteúdo para sua análise. Além disso, foram constatados etnográficos e bibliográficos, dentre outros.

O presente estudo, analisou bibliometricamente a produção acadêmica sobre a inserção de travestis e transexuais no mercado de trabalho, a partir da metodologia

proposta, a fim de sistematizar as principais informações dessas produções acadêmicas e, além de explicitar a carência de estudos deste tema, contribuir para a realização de estudos futuros, principalmente dentro da Administração. Sendo assim, sugere-se a realização de mais pesquisas, a partir dos estudos da Administração, sobre a inserção de travestis e transexuais no mercado de trabalho.

Dessa forma, espera-se que professores, pesquisadores e alunos se interessem mais por abordar este tema para ajudar na construção de uma nova realidade nas organizações e no mercado de trabalho, com menos preconceito e aberto à diversidade sexual e de gênero.

Referências

ADELMAN, M. Travestis e Transexuais e os Outros: Identidade e Experiências de Vida. In: *Gênero*. Niterói: EdUFF, v. 4, n. 1, 2003, p. 65-100

ALYRIO, R. D. **Métodos e técnicas de pesquisa em administração**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental disorders - DSM-5**. 5.ed. Washington: American Psychiatric Association, 2013.

ANZOLIN, B.; SOARES, S. M.; MORENO, A. M. Travestis e transexuais: realidade na sociedade e no mercado de trabalho na cidade de Cascavel. *Akrópolis Umuarama*, v. 21, n. 1, p. 3-10, jan./jun. 2013.

ARAN, M.; MURTA, D. **Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde**. *Physis*. 2009, vol.19, n.1, pp. 15-41.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (Bola de Neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10. 2011, Curitiba, PR. *Anais....* Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, p.329-341, 2011.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006. 251p

BRASIL. **Portaria n. 1.707 de 18 de agosto de 2008**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

BRASIL. **Portaria n. 2.803 de 19 de novembro de 2013**. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

BRAZ, E. da C. **As Travestis e Suas Experiências no Mercado de Trabalho Formal e Informal em Campina Grande - PB**. 2012. 47 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2009.

CABRAL, V.; ORNAT, M. J.; SILVA, J. M. As relações entre Espaço, Violência e a Vivência Travesti na Cidade de Ponta Grossa, Paraná, Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 35, p. 118-135, 2013.

CARRIERI, A. de P.; SOUZA, E. M. de; AGUIAR, A. R. C. Trabalho, Violência e Sexualidade: Estudo de Lésbicas, Travestis e Transexuais. **Rac**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p.78-95, fev. 2014.

CARVALHO, E. R. **“Eu quero viver de dia”-Uma análise da inserção das transgêneros- no mercado de trabalho**. Anais do VII Seminário Fazendo Gênero. Curitiba. 2006

CLARKE, M.; HORTON, R. Bringing it all together: Lancet Cochrane collaborate on systematic reviews. **Lancet**.v.2, p.357 -1728, 2001

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02. Resolução n. 1955, de 12 de agosto de 2010. In: Diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília-DF, n. 232, 2 dez.2002. Seção 1, p.80/81.

FERRAREZE, R. B. Trabalho Noturno: A prostituição de travestis na cidade de Ponta Grossa/PR. **Revista Relicário**, Uberlândia, v. 2, n. 4, p.1-20, dez. 2015. Disponível em: <<http://revistarelicario.museudeartesauberlandia.com.br>>. Acesso em: 20 set. 2017

GARCÍA, L. M. R.; ROMERO, D. M. Impact of Social Exclusion in Transsexual People in Spain From an Intersectional and Gender Perspective. **Sage Open**, Madrid, v. 6, n. 3, p.1-9, set. 2016.

GARCIA, M. R. V. **Gênero, Corpo, Trabalho e Violência na formação da Identidade entre travestis de baixa renda**. 2007. 176 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses>>. Acesso em: 20 set. 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IRIGARAY, H. A. R.; Identidades Sexuais Não-Hegemônicas: A Inserção dos Travestis e Transexuais no Mundo do Trabalho Sob a Ótica Queer. In: Encontro de Estudos Organizacionais do ANPAD. 6., 2010, Florianópolis. *Anais...* Disponível em: <<http://www.anpad.org.br> > Acesso em: 20 set. 2017.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012. 24 p.

KAUARK, F.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa**: guia prático. Itabuna: Vila Literarum, 2010. 86 p.

LICCIARDI, N.; WAITMANN, G.; OLIVEIRA, M. H. M. de. A DISCRIMINAÇÃO DE MULHERES TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO MERCADO DE TRABALHO. **Revista**

Científica Hermes, São Paulo, v. 14, n. 1, p.201-218, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org>>. Acesso em: 20 set. 2017.

LIMA, T. C. de S. **Como o Transexual é percebido e se movimenta no mercado de trabalho**. 2012. 40 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão de Recursos Humanos, Universidade Cândido Mendes, Niterói, 2012.

LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos**. Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MONEY, J. **Sin, science, and the sex police: Essays on sexology & sexosophy**. New York: Prometheus Books. 1998.

MOURA, R. L.; LOPES, P. de L. O Preconceito e a Discriminação de Transgêneros no Processo de Recrutamento e Seleção de Pessoal: uma Revisão Bibliográfica. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 11., 2014, Rio de Janeiro. Anais... Disponível em: <<https://www.aedb.br>>. Acesso em: 10 ago. 2017

OLIVEIRA, S. R. de; PICCININI, V. C. Mercado de Trabalho: Múltiplos (des)Entendimentos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 45, p.1517-1538, set. 2011.

OLIVEIRA, T. L. **Meu corpo, um campo de batalha**: a inserção precária das Travestis no mundo do trabalho em tempos de crise capital. 2016. 243f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: < <https://repositorio.ufrn.br>> Acesso em: 27 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde**: CID-10 Décima revisão. Trad. do Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em Português. 3 ed. São Paulo: EDUSP; 1990.

PARO, D. Entidades querem que escola use nome social. **Gazeta do Povo**. Foz do Iguaçu, 7 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

PERES, W. S. **Travestis: subjetividade em construção permanente**. In: UZIEL, Anna Paula; RIOS, Luís Felipe; PARKER, Richard G. (Orgs.). Construções da sexualidade. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

PINO, N. P. **A teoria queer e os intersex**: experiências invisíveis de corpos des-feitos. Cadernos Pagu, Campinas, v. 28, jan./jun 2007.

PROCHNO, C. C. S. C.; ROCHA, R. M. G. O jogo do nome nas subjetividades travestis. **Revista Psicologia e Sociedade**, Florianópolis, v. 23, n. 2, Aug. 2011

RODRIGUES, P. G. O. Negra e travesti: Realidade e Acesso ao Mercado de Trabalho. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades. 1. 2012, Niterói. *Anais...*

RONDAS, L. de O.; MACHADO, L. R. de S. Inserção profissional de travestis no

mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão. **Pesquisas e práticas psicossociais**, São João del-Rei , v. 10, n. 1, p. 192-205, jun. 2015

SAMPAIO, RF; MANCINI, MC. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos , v. 11, n. 1, p. 83-89, Feb. 2007

SILVA, S. V. M. Transexualidade e Discriminação no Mercado de Trabalho. Anais do III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: olhares diversos sobre a diferença. *Anais...* João Pessoa. 2011.

SOUSA, C. B. de. **Trabalho e Exploração**: Categorias de compreensão análoga para as travestis que atuam na prostituição do setor comercial sul em Brasília. 2008. 67 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://bdm.unb.br> >. Acesso em: 20 set. 2017.

SOUZA, H. A. de. **Os Desafios do Trabalho na Vida Cotidiana de Mulheres Transexuais**. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <<http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br>>. Acesso em: 20 set. 2017.

VASCONCELLOS, L. T. de. Travestis e Transexuais no Mercado de Trabalho. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 10. 2014, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos**. Rio de Janeiro: Firjan, 2014. p. 1 - 17.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman. 2001.